

# MERIDIANO 47



INSTITUTO BRASILEIRO DE  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

*Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais*

Nº 73  
Agosto – 2006

## S U M Á R I O

- 2** | *Corrida armamentista na América do Sul: falácia conceitual e irritante político*  
João Paulo Soares Alsina
- 5** | *Da Ilha de Formosa para a Boa Bahia*  
Paulo Antônio Pereira Pinto
- 9** | *Paz Precária*  
José Flávio Sombra Saraiva
- 11** | *Cuba: anatomia de uma sucessão monárquica às avessas e assimétrica para a América Latina*  
José Ribeiro Machado Neto
- 14** | *Desenhos Estratégicos: Os EUA, o Oriente Médio e o 11/09*  
Cristina Soreanu Pecequilo
- 20** | *Apaziguando terroristas?*  
Rogério de Souza Farias
- 22** | *Brasil-Paraguai: rastros da Guerra Fria*  
Virgílio Arraes
- 24** | *Democratização da Política Externa Brasileira: o papel do Legislativo*  
Seme Taleb Fares
- 28** | *Uma corrida armamentista na América do Sul?*  
João Fábio Bertonha

## ***Corrida armamentista na América do Sul: falácia conceitual e irritante político***

**João Paulo Soares Alsina\***

Parece claro que, desde a redemocratização do País, há mais de 20 anos, a sociedade brasileira não foi capaz de produzir discussão pública minimamente consistente sobre temas relacionados à segurança e defesa. Não caberia aqui debater as razões que levam a que tal situação se perpetue. No entanto, é forçoso mencionar que a pobreza conceitual não deixa de ter implicações concretas. Refiro-me à bolorenta renovação de um certo alarme sobre a possibilidade de que esteja em curso na América do Sul uma “corrida armamentista” e às consequências práticas eventualmente decorrentes dessa perspectiva.

No passado recente, articulistas, professores universitários, burocratas e até mesmo autoridades políticas locais vieram a público manifestar preocupação com iniciativas que tenderiam a causar “desequilíbrios estratégicos” na América do Sul e, em reação a estes, uma indesejável corrida armamentista no subcontinente. O foco essencial de atenção reside claramente na Venezuela, onde o Presidente Hugo Chávez está promovendo um ambicioso programa de reaparelhamento militar. A esse respeito, omitirei de maneira deliberada a avaliação sobre o potencial de desestabilização regional venezuelano *lato sensu* (algo que não depende, em essência, de poderio bélico) e concentrar-me-ei apenas no significado do reaparelhamento daquele país no que concerne ao suposto desencadeamento de corrida por armamentos no entorno sul-americano.

Do ponto de vista da literatura especializada, não há consenso sobre o que venha a constituir de fato uma corrida armamentista. Esta, defendem alguns, seria uma consequência mais ou menos

mecânica gerada a partir de um modelo cognitivo do tipo ação-reação ativado pela existência de um dilema de segurança. Ainda de maneira cursória, o último viria à tona quando um estado, ao procurar aumentar sua capacidade de defesa (passível de ser utilizada ofensivamente), gera a percepção em outro estado de que o ganho do adversário constitui uma diminuição líquida de sua segurança. Reagindo a essa percepção, o segundo estado também promove expansão de sua capacidade de defesa, terminando por produzir uma diminuição da segurança do estado que iniciou o processo. Seguir-se-ia, então, uma espiral, uma corrida por armamentos, que terminaria por gerar instabilidade e, no limite, guerra.

O problema fundamental dessa visão é que ela é incapaz de distinguir entre o que seriam as relações militares normais entre os estados e o que seriam relações anormais, onde a corrida por armamentos representaria um sintoma de hostilidade. Caso se considere o contrário, ou seja, que o padrão seria a hostilidade, ainda assim a tese da corrida armamentista como elemento negativo/desestabilizador não consegue explicar a anormalidade, ou seja, a harmonia no relacionamento militar entre dois ou mais estados. Na medida em que se considera que é normal que cada estado possua Forças Armadas, que a evolução tecnológica determina processos periódicos de reaparelhamento, que a dinâmica da realidade internacional pode inclinar determinados países a rever suas políticas de defesa, entre outros fatores, torna-se extremamente difícil propor critérios objetivos para a identificação de uma corrida armamentista. Ademais, o modelo ação-reação implícito na idéia de corrida por

\* Diplomata e mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB). As opiniões expressas no presente texto são exclusivamente as de seu autor (jalsina@mre.gov.br).

armamentos não considera a possibilidade de que relações políticas amistosas entre estados esvaziem de significado negativos eventuais incrementos de capacidades militares. Há ainda, em outra direção, o argumento de que é justamente o aumento de capacidades militares o responsável pela manutenção da estabilidade no relacionamento entre unidades estatais, ao aumentar o potencial de dissuasão dos adversários.

Feita essa perfunctória explanação conceitual, onde argumentei contra o valor heurístico da utilização do termo corrida armamentista para caracterizar a dinâmica de armamentos dos estados nacionais, é possível indagar o que constituiriam as iniciativas do governo chavista no campo militar. Talvez a melhor definição para designar as iniciativas da Venezuela seja a de um grande processo de reaparelhamento concentrado no tempo – algo que o Chile também vem fazendo, porém de modo mais espaçado e com menos alarde. Parece claro que há razões de ordem doméstica e internacional que determinam essa concentração temporal, permitida pelo aumento dos recursos disponíveis provenientes da exportação de petróleo. Ao encarar as compras de armamentos venezuelanas por esse prisma, evita-se atribuir a elas o caráter de ameaça a um inefável “equilíbrio estratégico” sul-americano – conceito de limitada utilidade no contexto da existência de relações políticas cooperativas entre os países da região. Ora, se se supõe que são as relações políticas que plasmam a moldura a partir da qual os *policy-makers* concebem a segurança de seus estados em relação aos demais, ao atribuir ao *build-up* da Venezuela a alcunha negativa de corrida armamentista está-se justamente contribuindo para minar a fluidez do relacionamento político entre os estados da América do Sul, o que pode levar alguns estados a adotar medidas defensivas que de outra forma não adotariam! O círculo vicioso perceptual mencionado é nefasto. No entanto, é pouco provável que venha a ter consequências importantes.

Deve-se mencionar, assim, outro fator que aconselha extrema cautela no tocante à utilização de

um conceito complexo e difuso como o que aqui se analisa. Trata-se da inviabilidade material de qualquer dos países sul-americanos, inclusive o Brasil, virem a empreender ações militares ofensivas contra seus vizinhos. Como região menos armada do planeta, inexistente capacidade de projeção de poder crível na América do Sul. Basta uma rápida análise dos inventários de armamentos para revelar a total incapacidade dos exércitos da região sustentarem ações bélicas de monta. Tome-se o caso da Marinha brasileira, tida como a melhor da América Latina – embora possa em breve ser superada pela do Chile, se persistir o atual processo de sucateamento. Seu estoque de torpedos avançados (cerca de 30) não é suficiente sequer para armar com capacidade máxima os 5 submarinos nacionais! E isso somente uma vez! Exemplos como esse poderiam se multiplicar. Há ainda que ter em mente o fato de que a penúria da maior parte das Forças Armadas sul-americanas determina um baixíssimo grau de disponibilidade das plataformas de combate. Somente no Brasil há informação de que quase 50% dos navios de guerra e dos aviões de caça estariam parados por falta de peças de reposição. O Exército teria problemas semelhantes em relação a seus helicópteros. Se a caracterização acima mencionada for verdadeira, não há motivos para temer, ao menos a curto prazo, que o reaparelhamento militar da Venezuela venha a constituir ameaça para seus vizinhos.

No caso brasileiro, porém, há um elemento adicional que determina contenção na denúncia das compras de armamento venezuelanas. Refiro-me ao fato de que, mais cedo ou mais tarde, o Brasil terá que se defrontar com escolhas muito difíceis no campo da defesa nacional. Mantendo o sentido de concisão deste ensaio, mencionarei apenas que o continuado sucateamento das Forças Armadas, acoplado ao caos prevalente na área de segurança pública, indica que se torna a cada dia mais claro um cenário de transformação prática de Marinha, Exército e Aeronáutica em forças parapoliciais. Assim, se nada for feito para mudar o atual rumo das Forças Armadas brasileiras, elas se transformarão em guardas

nacionais independentemente de sua vontade ou mesmo de alterações constitucionais que as isentem das funções de defesa da soberania. No mundo real, nossas forças não são capazes de defender a soberania do País a não ser em situações muito pontuais. Persistindo a tendência de sucateamento, o colapso total dessa capacidade poderá ocorrer em poucos anos. Configurado cenário em que a inexistência de capacidade combatente fará com que a defesa da soberania contra agressões externas não passe de uma ficção, como em grande medida já ocorre hoje, o provável aumento da pressão para que o Exército participe do combate à criminalidade será irresistível. Isso em face da absoluta ausência de alternativa, uma vez que a capacidade de defesa constituirá impossibilidade concreta.

No contexto mencionado acima, haveria essencialmente 3 rumos passíveis de serem tomados: 1) manter inalteradas as políticas até aqui adotadas, levando à transformação informal de nossas Forças Armadas em guardas nacionais; 2) aumentar moderadamente os investimentos na política de defesa, o que apenas postergará a transformação prática de Marinha, Exército e Aeronáutica em forças

parapoliciais; e 3) aumentar fortemente os investimentos na política de defesa de modo a construir, no médio prazo, capacidade dissuasiva crível. Não há muito o que comentar sobre as alternativas 1 e 2, pois representam a abdicação prática da defesa da soberania nacional. Se a alternativa 3 vier a se materializar, algo bastante improvável, o Brasil passaria por um forte ciclo de reaparelhamento militar. Nessa circunstância, seria de todo incoerente levantar objeções às compras de armamento venezuelanas, uma vez que o País também pode vir a passar por um acentuado processo de modernização de suas Forças Armadas. No presente, o cenário 3 parece mero *wishful thinking*. Contudo, se não quisermos abdicar da defesa de nossa soberania, impõe-se pensar, a curto prazo, em um amplo reaparelhamento da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Se, por outro lado, quisermos adotar a doutrina indicada pelos EUA para os exércitos dos países da América Latina, qual seja a da segurança cooperativa, não é preciso muito esforço. Basta deixar tudo como está, transformando dessa forma nossas forças em *gendarmeries* e, quem sabe, reclamando um pouco do “armamentismo” de Chile e Venezuela – essas duas grandes potências militares.



## *O que é o IBRI*

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o IBRI desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a *Revista Brasileira de Política Internacional* – RBPI.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, João Paulo Peixoto, Pedro Motta Pinto Coelho.

Para conhecer as atividades do IBRI, visite a homepage em <http://www.ibri-rbpi.org.br>

## Da Ilha de Formosa para a Boa Bahia

**Paulo Antônio Pereira Pinto\***

Com minha transferência para Mumbai, durante o ano em curso, iniciarei nova fase de vivência asiática, que me levará da ilha de Formosa, na parte Oriental daquele continente – onde trabalhei durante cerca de 20 anos, em China, Malásia, Cingapura, Filipinas e Taiwan – para a região Sul, na Índia, onde serei o primeiro Cônsul-Geral do Brasil na antiga Bombaim, que os portugueses chamavam de “Boa Bahia”.

Iniciarei, nesse contexto, ainda em Taipé, exercício de reflexão sobre aspectos político-culturais da Ásia Oriental, tanto no momento em que cheguei à China, em dezembro de 1982, quanto às vésperas de minha partida para a Índia. Em colunas posteriores, a partir de Mumbai, buscarei analisar diferentes aspectos do atual processo de emergência chinês e indiano, com ênfase no impacto cultural da nova inserção internacional dos dois países.

Quando cheguei a Pequim, em dezembro de 1982, não era possível deixar de sentir uma certa tristeza, pelo fato de que havia sido encerrada, na China, uma Era de convicção poética maoísta. Durante aquele período, acreditara-se que, em benefício do interesse comum da sociedade, centenas de milhões de pessoas poderiam ser levadas a patamar mais elevado do que o egoísmo individual.

A experiência chinesa de busca de uma sociedade igualitária encantara a muitos, no exterior. Os países do Terceiro Mundo admiravam sua combatividade e auto-suficiência. Os economistas ocidentais registravam o pleno emprego atingido, no campo, e invejavam sua força de trabalho disciplinada, na indústria.

O exercício de observação diário e o aprendizado da realidade do país, no entanto, me

levaram, já nos meses seguintes, à verificação de que não se vivera na China, nas três décadas anteriores, tantos motivos de encantamento.

Na verdade, naquele período, perdurara o elitismo e a corrupção entre os dirigentes do partido e do governo. O lento progresso obtido na economia demonstrara não ser tão fácil desenvolver-se, com os próprios recursos, sem a infusão de investimento, tecnologia ou ajuda externa.

Em suas relações internacionais, sabe-se, a República Popular, desde sua fundação, em 1949, havia mantido uma vasto exército e milícias armadas e desenvolvido a bomba atômica. A China tivera conflitos com a União Soviética e Índia e fricções com o Japão, com respeito às Ilhas de Senkaku, e com o Vietnã, quanto às Spratlys. Não se tratava, portanto, de país totalmente “amante da paz”, conforme se divulgava em Pequim aos visitantes estrangeiros.

No plano interno, na medida em que se conhecia melhor a real situação chinesa, ficavam diminuídos, inclusive, os ganhos considerados, por exemplo, no controle familiar. Havia sido enorme, verificava-se, o custo, em termos de direitos humanos, na proibição de casamentos antes dos 20 anos e obrigatoriedade de apenas um filho por casal.

Não se quer negar, no entanto, as grandes conquistas do período maoísta, nem os feitos do povo chinês. Um país que, na primeira metade do século XX, fora devastado por guerras internas, encontrava-se, no início da década de 1980, unificado, apesar das crises de liderança resultantes da Revolução Cultural.

Como era possível verificar, a China alimentava e vestia seu povo. Um esforço descomunal fora feito

\* Diplomata brasileiro. Já serviu mais de 20 anos em Postos na Ásia Oriental. As opiniões expressas no artigo são de sua exclusiva responsabilidade e não refletem posições do Ministério das Relações Exteriores.

para construir represas, diques e sistemas de irrigação, bem como no sentido da auto-suficiência alimentar.

Mas seria isso suficiente? Tais conquistas teriam que ser vistas em perspectiva.

Mao Zedong tornara a “necessidade” em “virtude”, como base de sustentação para política de auto-suficiência. Em grande parte, tratava-se de reação ao fato de que os soviéticos terem cessado toda e qualquer auxílio, a partir de 1960, levando consigo, inclusive as matrizes de fábricas cuja instalação já havia sido iniciada.

O Grande Timoneiro, então, colocou toda sua crença na “genialidade do povo chinês”. Doravante, tudo seria resolvido com a mobilização permanente das “massas”. Daí surgiriam energias e talentos até então escondidos por sistema social opressivo. Na década de 1960, por exemplo, ampla campanha nacional encorajava simples operários a fazerem sugestões sobre inovações tecnológicas. Exageros evidentes eram noticiados a respeito do aumento de produtividade como resultado de soluções práticas obtidas nos canteiros de obras, campos agrícolas e operadores de máquinas nas fábricas.

O caráter “anticientífico” das práticas maoistas chegou ao apogeu durante a chamada Revolução Cultural, quando professores e alunos foram obrigados a curvar-se diante da “sabedoria” das massas.

Postura semelhante foi adotada nas forças armadas chinesas, onde o conceito maoista de “guerra popular” baseava-se na premissa de que “homens contavam mais do que máquinas”. Nessa perspectiva, centenas de milhares de soldados de infantaria, com armamento obsoleto, seriam capazes de derrotar um Exército soviético equipado com armas modernas. Mantinha-se, no entanto, a dissuasão nuclear, na medida em que a China não renunciava a sua própria bomba atômica.

Com a derrota do “bando dos quatro”, a China desencadeou uma outra campanha, desta feita para condenar a viúva de Mao, visando a acusá-la e a seus três cúmplices de Xangai, pela maioria dos fracassos e fraquezas dos anos anteriores. Este novo processo

implicou, novamente, em notáveis exageros nas acusações. A mensagem, no entanto, era clara: os dirigentes chineses haviam tomado consciência de que suas políticas de auto-suficiência, recusa em aceitar ajuda externa e a negativa à aquisição de tecnologia estrangeira haviam reduzido as taxas de crescimento e o progresso em quase todos os setores da economia.

A rejeição da ideologia passada foi feita na forma de pronunciamentos que, gradativamente, desautorizassem o autoritarismo vigente na fase que se encerrava. Enquanto isso, o corpo de Mao Zedong era reverenciado no Mausoléu, em Pequim, com todas as honras devidas ao fundador da República Popular da China. Tratava-se, no entanto, de trazê-lo a proporções humanas.

Começava o processo de estabelecer seu lugar na história, como um grande líder revolucionário, mas como um homem com menor sucesso, quando se tratou de administrar um país. Suas principais preocupações diziam respeito à eliminação dos dogmas socialistas, agora vistos como impedimento à nova marcha da China, em direção à modernização. O principal responsável pelas alterações na condução das políticas, econômica e social da China, a partir de 1978, e “Novo Timoneiro”, passou a ser o então Vice-Primeiro-Ministro Deng Xiao-Ping.

O julgamento público de Mao, no entanto, tinha dimensões restritas. Todos os erros cometidos no período de radicalização maoísta eram atribuídos a Lin Piao e ao “bando dos quatro”. Para o cidadão chinês, contudo, havia implicações óbvias: não era possível aceitar que toda a culpa fosse atribuída a um traidor e a quatro radicais – na prática, os atuais dirigentes em Pequim estavam admitindo que a “Grande Revolução Proletária Cultural” havia sido um fracasso enorme e custoso.

O próprio retorno de Deng Xiao-Ping ao poder, como Vice-Primeiro Ministro já significava uma rejeição eloquente do julgamento de Mao, que havia dado seu apoio pessoal às duas quedas anteriores de Deng.

Não era possível ignorar, contudo, que Mao tinha razão quanto ao diagnóstico sobre os males que



atingiam a China. Assim, de acordo com sua visão, o maior perigo para o país seria o retorno à estagnação imposta pela burocracia do partido e do estado. Suas soluções eram poéticas e imaginativas: uma série de campanhas para mobilizar os intelectuais – “O Movimento de Cem Flores” – a busca de um caminho mais curto para o Socialismo – “O Grande Salto Adiante” – e a provocação de uma “discórdia criativa” entre a juventude do país e a burocracia estatal – “A Revolução Cultural”.

Mas, como se sabe, Mao não obteve sucesso na criação do “homem socialista”. Ele pediu demais, tanto dos chineses, quanto da natureza humana.

No final da década de 1970, no entanto, todo este processo havia sido esquecido. Ficava provado que, em tese, era uma boa idéia encorajar os trabalhadores a pensarem o aumento da produção com seus próprios meios. Na prática, a premissa ideológica, sobre a qual se baseava – a de que a sabedoria está consagrada nos trabalhadores – conduziu a medidas impraticáveis, como por exemplo, a utilização de máquinas antiquadas sendo utilizadas em velocidade inapropriada, provocando acidentes ou resultados negativos.

Verificava-se, por exemplo, que a produção de cereais ficava estagnada. Não houve progresso em projetos de irrigação, nem de novos fertilizantes agrícolas, enquanto a população chinesa continuava a aumentar. O país continuou a importar alimentos.

A mesma ausência de melhoria foi notada no setor industrial, onde prevaleceu a política maoista de auto-suficiência e oposição a aprender da experiência de outros países. Tal postura levou, por exemplo, à estagnação da produção anual de aço, ao lento progresso tecnológico, à preservação de fábricas antiquadas, com equipamentos, tecnologia e formas de administração superados e emprego excessivo de mão-de-obra.

Com a morte de Mao Zedong e a derrubada do “Bando dos Quatro”, a China poderia, finalmente,

defrontar-se com estes fatos negativos e tomar as decisões cabíveis, para superá-los.

Havia sido abandonado, no entanto, o fundamento da filosofia maoista: o “conceito hegeliano” de que a unidade deve ser dividida em duas partes e que cada situação contém em si contradições saudáveis que são necessárias para a luta e o progresso, levando, assim, à noção de luta de classes contínua e revolução permanente<sup>1</sup>.

Segundo Mao, a China não deveria jamais permitir-se cair na complacência da “unidade” e, de acordo com esta filosofia, o “Grande Timoneiro” teve a audácia poética de desencadear uma revolução contra seu próprio governo e partido. O veredito da história será provavelmente o de que, enquanto Mao foi uma dos maiores líderes revolucionários, demonstrou ser um governante menos habilidoso, uma vez que sua revolução tornou-se vencedora. Provocou, assim, severas perdas a seu país, enquanto perseguia suas visões utópicas.

Sob nova liderança, Pequim pareceria retomar a abordagem mais tradicional à forma de governança, recuperando a busca filosófica chinesa do “Caminho Real”.

Recorda-se, então, que, desde os primórdios da civilização chinesa, há 4000 anos, às margens do Rio Amarelo, que pensadores buscam equilíbrio e harmonia como forma de governança a ser chamada de “Caminho Real”, quando haveria “ordem social” em que os monarcas exerceriam suas responsabilidades e a população cumpriria seus deveres.

Nas palavras de Confúcio: “Quando um governante faz o que é certo, influenciará as pessoas, sem ordená-las. Quando o governante não faz o que é certo, seus comandos não são obedecidos”. Implícita fica a noção de que, caso a autoridade local não crie condições de governança adequadas ao funcionamento harmonioso da sociedade, os cidadãos podem ignorar o governante.

<sup>1</sup> Vide “Mao prend le Pouvoir”, por Roland Lew, Éditions Complexe 1981.

Em 1982, quando cheguei a Pequim, portanto, o sentimento dominante era o de que a morte havia “humanizado” Mao Zedong e “desmitificado” a China, que, então, admitia suas limitações no trato com os grandes problemas do país.

Naquele momento, poucas pessoas continuariam a expressar uma opinião própria sobre o que a China deveria ser, em oposição ao que a China passava a dizer o que realmente era.

No plano internacional, poucos países em desenvolvimento continuariam, a partir de então, a considerar a experiência chinesa, desde a fundação da RPC, como um modelo a ser seguido.

A nova política pragmática representava praticamente a recusa total das doutrinas que haviam dominado as políticas agrícola e industrial dos últimos 20 anos. Todas as empresas públicas, por exemplo, foram instruídas a gerar lucros – proposta impensável, até recentemente. Incentivos materiais passaram a substituir a pureza ideológica. A China concientizou-se de que necessitava da tecnologia do Ocidente e, enquanto abandonava sua política restritiva de “auto-suficiência”, começava a buscar fontes de financiamento de longo prazo – ajuda, em outras palavras – para financiar suas compras de “know-how”, instalações industriais, navios, equipamento de transporte e material de emprego militar.

A emergência econômica chinesa é, hoje, fato incontestável e objeto de noticiário cotidiano pela imprensa mundial.

Ao me preparar para deixar o “universo chinês”, no qual se insere Taiwan, permanecem, contudo, incertezas críticas, sobre um cenário futuro favorável da China.

Entre estas, a dúvida sobre se aquele país será capaz de manter o controle sobre a evolução de sua política interna e economia. Isto porque, existe pressão crescente do hiato entre ricos e pobres, da poluição sobre as grandes cidades em função da industrialização sem controle, de um sistema bancário contaminado por empréstimos impagáveis, pelo confronto entre uma economia quase de mercado e um regime político altamente controlador.

Até o momento, as autoridades governamentais demonstraram competência para administrar estes problemas. As Olimpíadas de 2008 e a Exposição de Xangai, em 2010, representam poderosos incentivos para a manutenção da estabilidade. Assim, o sistema unipartidário deverá ser preservado, a todo custo, como forma de exibir uma China estável, perante o resto do mundo.

Restar torcer para que a cultura chinesa continue a adaptar-se aos novos desafios que lhe serão impostos e que o “Caminho Real” favoreça seus dirigentes.



## ***Sobre Meridiano 47***

O *Boletim Meridiano 47* não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários. *Meridiano 47* é uma publicação digital, distribuído exclusivamente em *RelNet* – Rede Brasileira de Relações Internacionais ([www.relnet.com.br](http://www.relnet.com.br)), iniciativa da qual o IBRI foi o primeiro parceiro de conteúdo. Para ler o formato digital, distribuído em formato PDF (*Portable Document Format*) e que pode ser livremente reproduzido, é necessário ter instalado em seu computador o software *Adobe Acrobat Reader*, versão 3.0 ou superior, que é descarregado gratuitamente em <http://www.adobe.com.br/>.

© 2000-2006 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.



## Paz Precária

**José Flávio Sombra Saraiva\***

Há razões para celebrar o cessar-fogo no Líbano. A solução do impasse negociador, nas Nações Unidas, permitiu avançar uma saída política para o momento. As comemorações das supostas vitórias, dos dois lados, a entreterem as opiniões públicas domésticas, arrefeceram, no imediato, a hipótese da retomada da deflagração.

Exemplos da relativa normalização estão sendo retratados pela imprensa internacional nesses dias. A destruição física e humana do Líbano parece amenizada ante as caravanas que prontamente foram organizadas, em torno de corredores humanitários e estradas com cheiro de pólvora, a carregarem gente animada pela retomada da normalização da vida. A idéia mesma da retomada de uma certa rotina de reconstrução do Líbano, mais uma vez, anima setores econômicos ávidos por fazerem riqueza com a desgraça alheia. Até a diplomacia brasileira proferia flechas de esperança na entrega de medicamentos em Beirute pelo ministro Amorim.

Essas seriam, dentre tantas outras possíveis, motivações para estado de júbilo e contentamento por parte da comunidade internacional. Mas não são motivos suficientes para imaginar que a paz será duradoura. Há outras razões, menos animadoras que aquelas mencionadas acima, a fazer presumir que o acordo de cessar-fogo poderá ser apenas mais um capítulo das ilusões engendradas na história recente da região. Urde-se, no Oriente Médio, paz de cemitério, a arremedar a história sem fim de desentendimentos e de recursos à belicosidade como meio para dirimir diferenças de toda ordem. Analisemos algumas das permanências perversas subjacentes à precária paz que se inicia no Líbano.

Em primeiro lugar, permanece o quadro intocável de violência como um meio de repor perdas e avançar ganhos em praticamente todas as construções discursivas das elites políticas da região. Se observarmos com detalhe as declarações produzidas ao calor da decretação do cessar-fogo, nada nelas faz supor que as armas da palavra, a mover emoções e desconfianças mútuas, não possam ser acionadas semanas próximas. As declarações do alto clero iraniano, em contraste com o discurso ameno das lideranças do Hezbollah, bem como dos setores políticos mais radicais da direita israelense, em nada lembrariam o fim das hostilidades militares. Não há gesto de reconhecimento que o cessar-fogo foi saída política imediata possível. Não há uma palavra, nesses discursos, acerca da pertinência da força de paz da ONU na região. Há, simplesmente, o recurso à idéia de uma vitória unilateral.

Em segundo lugar, ante a crueza dos discursos, perpetuam-se as ações. A Faixa de Gaza é o contraponto ao Líbano de hoje. No momento no qual celebrava-se o cessar-fogo em um lado, no outro caíam mísseis israelenses em casas da Faixa de Gaza na suposição de que eram locais perigosos e abrigos de lançadores de bombas contra Israel. Em outras palavras, como que para lembrar que a paz não deve durar, recorda-se, ao outro lado, que o alerta máximo está decretado. A metodologia incorrigível da compensação é regra antiga nas querelas e disputas na região, como a lembrar que não será possível encontrar um caminho sustentável para a construção da confiança.

Em terceiro lugar, não há alteração nas relações geopolíticas intra-regionais e no quadro de

\* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília e diretor-geral do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI (fsaraiva@unb.br).

interferências e interesses internacionais de grandes estados e potências no Oriente Médio. Nada garante que uma tardia Guerra Fria não esteja sendo inventada e sobreposta às guerras acumuladas que se juntam em uma nova deflagração silenciosa. De um lado, pouco se pode imaginar que Israel possa agir sem o beneplácito e a proteção das armas e recursos estratégicos dos Estados Unidos e do silêncio dos estados árabes aliados da superpotência na região, como o são a Arábia Saudita, o Egito e, em parte, a própria Jordânia. No outro bloco, a potência regional iraniana dita as cartas, tolerada pela Síria, mas já senhora de parte do Iraque e do Líbano e amparada por gigantes do Oriente, especialmente China e Rússia.

Finalmente, permanecem dois temas interessantes para agenda política internacional das

próximas semanas. Terá o governo do Líbano, com o Hezbollah reforçado de legitimidade garantida pelo êxito relativo na luta de resistência à ocupação israelense, condições de conduzir as tarefas da reconstrução humana e social do tecido esgarçado que virou o país? Se as tais forças de paz da ONU, fracassadas em geral por onde andaram e humilhadas pelos israelenses já nos primeiros dias do conflito, terão condições de garantir algum muro de contenção na fronteira Líbano-Israel? A diplomacia brasileira, espertamente, já pulou fora dessa iniciativa.

José Flávio Sombra Saraiva, PhD pela Universidade de Birmingham (Inglaterra), é professor de relações internacionais na Universidade de Brasília (UnB)



## ***Como publicar Artigos em Meridiano 47***

O Boletim *Meridiano 47* resulta das contribuições de professores, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e profissionais ligados à área, cuja produção intelectual se destine a refletir acerca de temas relevantes para a inserção internacional do Brasil. Os arquivos com artigos para o Boletim *Meridiano 47* devem conter até 90 linhas (ou 3 laudas) digitadas em Word 2000 (ou compatível), espaço 1,5, tipo 12, com extensão em torno de 5.500 caracteres. O artigo deve ser assinado, contendo o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional. Os arquivos devem ser enviados para [meridiano47@gmail.com](mailto:meridiano47@gmail.com) indicando na linha *Assunto* “Contribuição para Meridiano 47”.

## **Cuba: anatomia de uma sucessão monárquica às avessas e assimétrica para a América Latina**

**José Ribeiro Machado Neto\***

Além do culto institucional à personalidade, têm sido notórias as sucessões de natureza monárquica nos países onde ainda predominam os regimes ditatoriais. Recentemente, tivemos alguns exemplos bizarros no Haiti, na Síria e na Coreia do Norte. Na Romênia o filho do ditador Nicolau Ceausescu, Nick, foi elevado ao título de *Conductor* do regime, mas uma revolta das forças armadas em dezembro de 1989 o impediria de assumir o cargo, ainda tornando trágico o final da família Ceausescu e, a Romênia, o país do bloco soviético onde a transição para a democracia se daria de forma mais violenta.

Recentemente, em Cuba, temos um novo exemplo de transição familiar, também bizarro e sem os cânones da hereditariedade, apenas com o intuito de permanência de um membro familiar na maior instância do poder, ignorando outras possibilidades, mesmo aquelas porventura originárias, assimétricas – difusas entre correntes marxistas e nacionalistas – e, até mesmo, algumas pouco difundidas no seio do partido comunista cubano.

A escolha, há tempos, de Raúl Castro, 75 anos, irmão do *comandante en jefe* Fidel Castro, se faz não por méritos de governança, mas por outros requisitos que não chegam a defini-la como a melhor, a mais acertada e mais racional num momento em que o império americano permite a passos largos uma reaproximação entre os dois governos arqui-rivais há bastante tempo. Se materializada, teremos certamente e sem qualquer contrapartida, uma vã e inoportuna contribuição ao aprimoramento político da América Latina, cuja distância dos regimes fortes a tem

distinguindo – com relativa exceção da Venezuela – do regime cubano.

São grandes e visíveis as dessemelhanças entre Fidel e Raúl, conhecido internamente como *China*, dado à sua origem paterna. Estas, não são apenas físicas, são de formação acadêmica, e de personalidade; de natureza político-nacionalista e ideológica; e, principalmente, de níveis de carisma e de liderança no meio militar, adquirida antes da tomada do poder, em janeiro de 1959. Até que ponto pode-se admitir que Raúl Castro esteja realmente preparado para transmitir e fazer cumprir ordens aos novos grupos heterogêneos e dissonantes, compostos na sua maioria de civis e de militares estóicos, que deverão surgir após a morte de Fidel?

Também, indaga-se se a nova esfera governamental que está sendo montada pelo Raúl Castro estaria preparada para enfrentar os riscos e as incertezas da concorrência dos mercados globais, as agressões da vulnerabilidade externa. Além do mais, estaria capacitada para extirpar de uma vez por todas o medo cubano da formação da nova propriedade privada, que deverá surgir e sustentar-se na redemocratização, apoiada em considerável parte dos bens expropriados pela revolução. A mídia internacional parece não colaborar com as respostas, explorando apenas a transição em si, como um ato político normal.

Tem sido conhecido e até elogiado o pragmatismo de Raúl Castro na cúpula contrária à redemocratização do país, cuja principal argumentação seria a aceitação por Cuba de uma

\* Doutor em História das Relações Internacionais, professor do Curso de Relações Internacionais e Coordenador Geral do Núcleo de Estudos de Meio Ambiente e Relações Internacionais (NEMARI), da Universidade Católica de Brasília (josem@ucb.br).

nova identidade com os demais países da América Central, que ainda, segundo o próprio Raúl Castro ainda permanecem sob a tutela de Washington, não importando a baixíssima qualidade de vida da população, a perda de oportunidades de investimentos para a industrialização, de ganhos de comércio, a dependência política e uma interação permanente com outros malefícios históricos.

A busca de uma nova parceria substitutiva da soviética, destarte a aproximação carnal com a Venezuela de Chávez, principal fornecedor de petróleo a preço diferenciado do fixado para o mercado internacional que, apesar de promover uma sobrevida ao regime cubano, não o viabiliza para o longo prazo. Em uma visão estratégica, apenas congela as crises de oferta. O hiato entre o econômico e o político tem agravado a liderança do comandante, abrindo, ainda que lentamente, algumas perspectivas para a flexibilização do regime, onde o Estado, há tempos, tende a substituir o mercado, ignorando-se voluntariamente a catástrofe do Leste europeu em fins da década de 1980, por ter adotado por um longo período a mesma opção.

Após a derrocada da ex-URSS, Cuba deixaria de ser uma moeda forte da Guerra Fria, a exemplo de Berlim para os soviéticos. A interrupção dos fluxos financeiros de Moscou para Havana no início da década de 1990, conduziria Cuba rapidamente à penúria, com a redução gradual das importações de *commodities* do Leste europeu e, por conseguinte, à queda abrupta e continuada das exportações de açúcar, seu principal produto para a manutenção de suas relações de intercâmbio.

O recrudescimento do bloqueio comercial iniciado em junho de 1959, transformando-o numa muralha de natureza econômica, financeira e tecnológica – não obstante a reação da comunidade internacional – pode ser visto como uma das consequências da unipolaridade norte-americana. Da mesma forma, como uma nova demonstração de reação contra o antiamericanismo em crescimento, após as sucessivas intervenções não exitosas dos EUA

na África, na América Central, no Oriente Médio e, principalmente, do fortalecimento das forças republicanas em Washington, após a primeira Guerra do Golfo, em 1990, levemente atenuado com o Governo Clinton (1993-2001).

As perdas cubanas com o bloqueio vão além de comerciais, econômicas e financeiras. Alcançam os segmentos tecnológicos, morais e ideológicos, além de tornar o até então romantismo de Sierra Maestra numa utopia desarmada para as próximas gerações. A consequência mais próxima, em tempo real, será desconhecimento das vertentes políticas predominantes no Ocidente, uma alienação prejudicial à formação de novos partidos políticos e de novas lideranças representativas e diplomáticas necessárias à defesa e à adaptação da economia cubana ao mundo globalizado, minimizando os impactos estruturais limitativos da imediata inserção de Cuba na nova ordem política internacional.

Não se pode ainda comparar as perdas cubanas após 1959 com as perdas norte-americanas, pois o poder executivo, de maneira voluntária, não divulga estatísticas das estatizações realizadas após 1959, bem como suas externalidades absorvidas pelos poucos segmentos de sua população. Outro aspecto importante é o desconhecimento pelas autoridades cubanas do arcabouço legal da propriedade dos cidadãos norte-americanos e das parcerias com cubanos, vigentes até finais de 1958, cuja valoração e uma nova regulamentação – a exemplo da China – poderiam trazer vantagens e compensatórias e distributivas diante da nítida rigidez da oferta interna, recrudescida pela manutenção de elevados gastos de mobilização e da perda de comércio com o bloqueio, além da perda gradual de divisas com o turismo por falta de segurança e de administração especializada, a exemplo da Rússia de Putin.

A terceirização de quase todos os setores da administração cubana, à exceção da educação, da segurança e da saúde, demonstra a preocupação do Estado cubano em manter as conquistas do ideário de 1959. Mas, por outro lado, retrata a sua fragilidade

diante da necessidade de fortalecer o espectro ditatorial, objeto de severas críticas no próprio seio do partido. Por conseguinte, têm ocasionado duras reações, com algumas vítimas fatais na oposição, que acentuam protestos dos regimes liberais e, além disso, ampliam o isolamento da ilha.

Há uma considerável pressa no Ocidente para a redemocratização de Cuba, inclusive pelo regime contestador da Venezuela, que parece enxergar na abertura cubana, a possibilidade maior de concretizar sua liderança política na América Latina. Entretanto, os EUA antecipam-se à visão venezuelana, e vêm na solução do *cuban affair* a compensação dos deslizes de sua política externa desde os tempos de Eisenhower (1953-1961), posteriormente maximizados pelo desastre da Baía dos Porcos (1961) e pela crise dos mísseis (1962), ambos na administração Kennedy (1961-1963).

O atual posicionamento norte-americano em relação a Cuba já não se situa de forma isolada, segundo Thomas Shannon, secretário-adjunto de Estado para assuntos Latino-Americanos. Recentemente, os EUA almejam o envolvimento de outros países – a exemplo do Brasil e do seu partido político majoritário – para acelerar a transição política sob a *entourage* de Raúl Castro. Entretanto, o anseio norte-americano torna-se difuso e ameaçador ao retratar-se na criação da Comissão de Assistência para uma Cuba Livre, em Miami, para acelerar a derrocada do regime de Fidel Castro.

A exemplo de situações anteriores, a pressão norte-americana não é apenas resultante do poderio republicano no Capitólio, mas também, da considerável massa de eleitores latinos do Estado da Flórida, composta notadamente de exilados cubanos, que vêm na *débâcle* castrista múltiplas possibilidades de edificação de uma nova sociedade pluralista, de recuperação patrimonial dos bens confiscados mediante os dispositivos da Lei de Reforma Agrária, decretada em maio de 1959 e, finalmente, além da

inserção de Cuba na ordem globalizada, a pacificação de gerações em solo cubano.

Resta-nos, a saber, como as autoridades e o povo cubano vêm a possível e, talvez, a próxima e primeira grande metamorfose política em seu território. A tradicional ausência de informações sobre o quadro político interno, bem como da recuperação de Fidel Castro, tornam escuro o cenário cubano, além de imobilizar e distanciar as massas do pensar político. Mesmo com a aproximação de uma possível instabilidade política, normal em vias de transição, não deve ser considerada real a ameaça de intervenção norte-americana após a morte de Fidel, tão apregoada por Raúl Castro. Acredita-se que dessa vez, deverá prevalecer a ordem natural das coisas, isto é, a realização da vontade exclusiva da natureza, como uma séria contribuição à tão esperada transição política cubana.

Para a viabilização da transição política em Cuba tornar-se-ia necessário a materialização de rápidas e abrangentes transformações estruturais na sociedade, a exemplo do pluralismo político, respeito à propriedade privada, liberdade religiosa e de imprensa, liberdade para os capitais internacionais, parcerias entre os setores público e privado, além da reconstrução diplomática. O atingimento da credibilidade do novo regime certamente criaria condições de retorno de Cuba à OEA, a uma estreita aproximação com a União Européia e com outros blocos econômicos, que poderiam tornar-se, além de pólos importadores, financiadores da reconstrução industrial e quiçá, de uma nova *pax americana*.

A possibilidade de reconstrução cubana deve ser vista como possível e necessária, não somente sob o ponto de vista do apaziguamento com os EUA e de seus aliados, mas sob a ótica da integração latino-americana, da neutralização do emergente populismo boliviano-venezuelano e, inclusive, da comprovação em breve espaço de tempo da desnecessária política intervencionista dos EUA no continente americano.

## **Desenhos Estratégicos: Os EUA, o Oriente Médio e o 11/09**

**Cristina Soreanu Pecequilo\***

A intensificação e ampliação dos cenários de guerra no Oriente Médio tem trazido uma série de indagações a respeito do futuro da região. Dentre estas, a principal refere-se à existência (ou não) da possibilidade de construção de arranjos de paz estáveis, que possam, ao menos, retomar o curso político-diplomático em detrimento das correntes operações militares. Além disso, questiona-se o porquê da permanência e durabilidade de tais crises. Muitas vezes, nesta busca de explicações, fatores conjunturais tendem a sobrepor-se a uma visão histórica e estratégica mais abrangente, perdendo a multidimensionalidade associada aos conflitos. Para muitos, tal situação é resultante direto dos atentados de 11/09/2001 que, há cinco anos atrás, deram início à chamada guerra global contra o terror, ainda que há uma década possa-se observar o encolhimento de iniciativas políticas.

A compreensão, ainda que parcial, das tensões do Oriente Médio passa pelo exame de um processo de longa duração que se repete de forma cíclica, alternando momentos de intensa confrontação com negociações. Em cada uma destas fases de crise e/ou estabilidade, os protagonistas regionais e extra-regionais, estatais e não-estatais, variam de importância e se transformam em seus papéis de acordo com a época histórica. A variedade destes atores, mesmo que muito deles se repitam, e mudem de caráter e agendas, é grande: EUA, a antiga URSS hoje Rússia, França, Grã-Bretanha (e, no caso, com a evolução da integração continental a União Européia), Israel, Irã, Iraque, Líbano, Síria, Egito, Jordânia, Afeganistão, OLP (Organização para a Libertação da

Palestina), Fatah, Hamas, Hezbollah, Al-Qaeda. Em meio a este cenário, muitos são os espirais de confrontação, devendo-se tentar compreender sua evolução e impactos.

### *Antecedentes*

O aspecto cíclico relacionado à dinâmica crise/estabilidade mencionado acima é característico da região desde os anos 1970, quando, pela primeira vez, negociações de paz foram empreendidas e intensificadas a partir da ação dos EUA na gestão Nixon-Kissinger. Os resultados destes esforços permitiram, em 1979, já na presidência Carter, a assinatura dos Acordos de Paz de Camp David entre Israel e Egito. Construídos sob uma lógica realista norte-americana, os Acordos obtiveram sucesso duradouro e traçaram uma tática bem-sucedida de negociação: pressões externas da comunidade internacional (especificamente dos EUA) para a conciliação de interesses e troca de concessões entre interlocutores regionais, explorando uma situação de relativo impasse e desgaste político-econômico e militar mútuo, e o foco em uma questão específica (no caso a relação bilateral Egito-Israel) sem a pretensão de resolver de forma abrangente todos os problemas do Oriente Médio.

Em termos de resultados, Camp David também implementou princípios importantes que vieram a ser recuperados em negociações posteriores: a troca de terra por segurança, com a devolução de territórios ocupados por Israel ao Egito, e o reconhecimento de Israel pelo Egito e o estabelecimento de relações

\* Professora de Relações Internacionais Universidade Estadual Paulista – UNESP (crispece@gmail.com).



diplomáticas formais entre os dois Estados (que, como subproduto, trouxe, para o Egito, o distanciamento de outras nações do mundo árabe).

Limitados e efetivos em seus objetivos, portanto, os acordos de Camp David não impediram a eclosão de novas guerras ou eliminaram pendências político-territoriais referentes a outras nações e grupos árabes da região e o reconhecimento do Estado de Israel, mas sinalizaram a possibilidade de soluções concretas, abrindo as portas para o encaminhamento de novas conversações. Até então, desde a criação do Estado de Israel em 1948 e a não implementação do Plano de Partilha previamente aprovado por parte dos membros da ONU, sem apoio dos países árabes, inúmeras guerras se sucederam.

Nestas guerras, começando pela de 1948, seguindo-se a dos Seis Dias em 1967, a do Yom Kippur, 1973, além de conflitos e incursões de menor escala, as triangulações se davam entre o Egito, a Síria e Israel, com este último contando com o apoio político e ajuda econômica e militar dos EUA. Por sua vez, ainda que em menor escala, desde a Crise de Suez, os países árabes pendiam tanto a uma aproximação com a URSS, como ao movimento dos não-alinhados. No contexto da Guerra Fria, as superpotências tomaram o lugar das antigas potências coloniais, Grã-Bretanha e França (ainda que estas mantivessem sua influência no Irã, Iraque e Líbano respectivamente), havendo o enquadramento da região e dos conflitos locais à lógica da bipolaridade. Assim, tanto os EUA como a URSS visavam ampliar suas zonas de influência na região, como impedir o avanço do oponente e a escalada desmedida das guerras em questão.

Apesar dos sucessos militares israelenses nas décadas de 1950/70, havendo não só a garantia das fronteiras do Estado como sua ampliação com a anexação de territórios árabes, estes mesmos anos 1970 trouxeram um desgaste político-militar bastante grande para o país e seus adversários. Simultaneamente, os EUA, cuja hegemonia passava por um importante refluxo de poder dada a crise do Vietnã, perceberam no Oriente Médio um terreno

diplomático a ser explorado para reforçar seu poder local. Além disso, em 1973, a primeira crise do petróleo, as ações da recém-criada OPEP, expunham mais uma vulnerabilidade norte-americana e de seus aliados ocidentais na Europa e na Ásia, sinalizando a necessidade de projetos mais efetivos para estabilizar a região. Com isso, como mencionado, Nixon-Kissinger deram início às negociações que culminariam com a paz entre Egito e Israel. Ou seja, a “paz” foi construída tanto pela convergência de interesses locais de interlocutores desgastados, como pela intervenção externa.

Traçado o caminho diplomático das relações bilaterais Israel/Egito, a pendência das questões com a Síria, o Líbano e a ascensão da OLP (Organização para Libertação da Palestina) e seu líder Yasser Arafat marcaram os anos 1980, sem soluções definitivas. Embora a OLP tenha evoluído em suas ações, do terror à política, enquadrando-se às negociações diplomáticas, em busca da criação do Estado Palestino, outros focos de instabilidade começaram a se desenvolver. Dentre estes, a maturação do Hezbollah e do fundamentalismo islâmico, em especial a partir da Revolução Iraniana de 1979 e a Guerra do Afeganistão deflagrada no mesmo ano, da qual posteriormente emergiu a Al-Qaeda.

Na lógica da Guerra Fria, o apoio aos *freedom fighters* afegãos pelo governo Reagan apenas fortaleceu o talibã, um futuro inimigo, assim como o próprio Iraque de Saddam Hussein. Se o Afeganistão era visto como o contraponto ao avanço soviético, convertendo-se no “Vietnã” do regime comunista, o Iraque era o do Irã e do novo movimento que se expandia. Republicana e neoconservadora, a administração norte-americana tinha como base de ação visando conter o comunismo e a URSS iniciativas sustentadas no *hard power* em detrimento da diplomacia. Como resultado, os esforços diplomáticos anteriores foram deixados de lado, politicamente, ainda que isolado, o fundamentalismo islâmico não foi derrotado, e novos inimigos foram sendo criados: a Al-Qaeda e Saddam Hussein, fortalecido pelo apoio

norte-americano durante a guerra com o Irã (1980/88). Regimes como o de Kadafi na Líbia igualmente funcionavam como elemento de instabilidade.

Dentre os poucos avanços deste momento, o Acordo entre Israel e Líbano de 1983 conseguiu alguns resultados, mas sem resolver plenamente a questão dos territórios ocupados por Israel no Estado e a ascensão do Hezbollah. Igualmente, ações militares com a anexação de partes do território sírio e acusações de que este país funcionaria como patrocinador do terrorismo ao lado do Irã se intensificaram. Além disso, em 1987 tem início a Primeira Intifada, com o incremento do conflito com os palestinos. Tal situação de elevada instabilidade somente começou a se redesenhar a partir do fim da Guerra Fria em 1989 e a invasão do Kuwait pelo Iraque que desencadeou a Operação Tempestade do Deserto no biênio 1990/91. Liderada pela superpotência restante, a Operação impediu a anexação de Kuwait por Hussein, ainda que não o tenha destituído do poder, abrindo caminho para o repensar da presença norte-americana na região em um momento de crise econômica e social doméstica.

A opção pela manutenção de Hussein no poder no Iraque relacionou-se à avaliação do *staff* militar e diplomático de Bush, principalmente de Collin Powell, de que sua derrubada e uma invasão por terra do país teria custos elevados para os EUA. Tais custos estariam relacionados não somente à dimensão financeira da operação militar, mas a suas implicações políticas. Internamente, a prioridade era a manutenção da Doutrina Powell de intervenções rápidas pelo ar, sem presença em solo, impedindo o risco de novos Vietnãs, enquanto externamente, a ausência de Hussein era vista como um fator de elevada instabilidade regional, o que poderia levar ao avanço de uma guerra civil no país e o aumento da influência iraniana no entorno.

Além disso, o repensar da presença norte-americana mencionado acima envolveu o lançamento

de conversações de paz entre a OLP e Israel em Madrid, também contando com o apoio dos países europeus. O objetivo destas conversações era buscar soluções para o problema palestino, impedindo a continuidade da intifada e do aumento das atividades terroristas na região. Igualmente pressionados, por razões e lógica similar aos acordos dos 1970, palestinos e israelenses firmaram os Acordos de Oslo I (1993), seguindo-se Oslo II em 1995, assinados já na nova presidência Clinton. Considerados como históricos e inéditos, os Acordos representaram o reconhecimento mútuo entre os interlocutores, novamente com base na fórmula “terra pela paz”, lançando o embrião do Estado Palestino, a ser construído de forma gradual a partir da ANP (Autoridade Nacional Palestina)<sup>1</sup>. Pendências de difícil solução como o retorno dos refugiados palestinos foram deixados de lado com Arafat e Rabin fechando o acordo que era possível naquele momento e que fornecia uma base de conquistas para negociações futuras.

Naquele momento, Oslo fechou um ciclo de conflitos de décadas entre a OLP e o Estado de Israel, promovendo a integração política desta força palestina por meio das negociações bilaterais patrocinadas pelos EUA. A partir da realização de eleições, o partido de Arafat chegou ao poder em meio a grandes expectativas de que a estabilidade regional pudesse ser alcançada com sucesso. De fato, os progressos da ANP foram consideráveis de 1993/1995, fortalecendo os moderados de ambos os lados, ao mesmo tempo em que os radicais, também de ambos os lados, começaram a se encontrar excluídos do processo político ao não abandonar a lógica do conflito. Ainda que acusado de corrupção e desvio de verbas da ANP, Arafat continuava como líder do processo, enquanto Rabin o fazia do lado israelense. Porém, estes rápidos avanços para a consolidação do Estado Palestino, começaram a encontrar seus limites com o assassinato de Rabin em 1995 por radicais

<sup>1</sup> Estes temas e outros já foram abordados em artigos específicos para este *site*, que podem ser encontrados nos arquivos de RELNET.

dentro de Israel, permitindo a ascensão da linha dura. Por seu lado, os radicais palestinos também avançavam novamente por meio das ações terroristas do Hamas. Além disso, havia ainda o problema do Hezbollah no Líbano e o crescimento da Al-Qaeda a partir do Afeganistão, já promovendo atentados aos EUA e seus interesses a partir dos primeiros ataques ao World Trade Center em 1993.

Desta forma, a lógica do conflito começou a sobrepor-se a da negociação mais uma vez. Somados a estes desenvolvimentos regionais que indicavam um novo tensionamento de relações, a presidência Clinton passou a sofrer pressões internas associadas ao escândalo Lewinski que culminariam em 1998/1999 no processo de *impeachment*. Estas pressões levaram a um relativo distanciamento dos EUA do processo de paz, assim como ao renascimento das forças neoconservadoras domésticas, que chegariam ao poder nas conturbadas eleições de 2000. Mesmo assim, Clinton tentou, sem sucesso, recuperar Oslo com as conversações de Wye Plantation, simultaneamente promovendo uma política de descongelamento com algumas nações consideradas "bandidas" (*rogue states*) como a Coreia do Norte e o Irã, governado pelo reformista Kathami.

A ascensão de Kathami ao poder foi percebida como uma oportunidade de liberalizar o Irã e modificar as relações bilaterais com os EUA e a comunidade internacional, promovendo sua reintegração a mesma. Todavia, pressões internas iranianas contrárias à liberalização de Kathami, como as incertezas das políticas ocidentais não levaram a grandes modificações no papel do Irã na região e no mundo, que posteriormente reverteram a um padrão mais ofensivo pós-2001, culminando na eleição de Ahmadinejad e na presente crise nuclear.

No que se refere especificamente às relações Israel-Palestina, a deterioração da situação somente agravou-se com atitudes provocadoras de Ariel Sharon em 2000, que levariam à segunda intifada e depois a sua eleição como primeiro ministro. Do lado palestino, o fortalecimento dos conservadores israelenses foi

acompanhado por um enfraquecimento político e pessoal da figura de Arafat mesmo entre os que o apoiavam e o crescimento das ações do Hamas. Contribuindo ainda com este enfraquecimento de Arafat, operações militares de Israel e a desmontagem da ANP viriam na sequência, começando em meio a isso a guerra ao terror global depois de 11/09/2001.

### *O Declínio pós-Oslo, o 11/09 e o Neoconservadorismo*

Completando cinco anos no próximo mês de Setembro, os atentados terroristas de 11/09 são considerados um marco para o início de uma nova fase de crise no Oriente Médio e no mundo. Porém, como lembrado acima, desde 1995 a negociação vinha sendo suplantada na região pelo acúmulo de novos tensionamentos e quebras no processo diplomático. Neste contexto, 11/09 deve ser percebido como mais um elemento deste tensionamento não só regional, mas global das Relações Internacionais, resultante de um processo prévio de contestação hegemônica e que representou a liberação e expansão de forças diferenciadas no cenário. Dentre estas forças destacam-se as forças transnacionais ligadas a atividades terroristas e o movimento neoconservador.

No vácuo político-diplomático gerado pela não-continuidade de Oslo e de negociações similares, permitiu-se o crescimento das ações de grupos terroristas que tem como base de sua expansão esta ausência de iniciativas políticas dos interlocutores estatais. Além disso, o fortalecimento destes grupos também passa pelas raízes de crise econômica e social que afetam não só o Oriente Médio, como todo o sistema, seja em países desenvolvidos como em desenvolvimento (explosões sociais como as ocorridas na França ligam-se a este fenômeno). Os fluxos da globalização e a não inclusão plena de parcelas significativas da população nos mesmos, com o incremento da pobreza e da miséria, associadas às pressões pela universalização de valores e princípios ocidentais, geram condições para a expansão e

fortalecimento de ideologias radicais, sustentadas na volta às origens “fundamentais”.

Por sua vez, o movimento neoconservador também é de certa maneira uma resposta a estes eventos da globalização pós-Guerra Fria, não como contestação, mas como reforço do sistema ocidental. Na realidade, trata-se de uma modalidade similar de volta aos “fundamentais” ao priorizar uma forma mais tradicional de fazer política doméstica e internacional. Não seria, assim, uma contestação do sistema em si, mas das práticas multidimensionais que vem sendo usadas para reforçá-lo relacionadas ao *soft power* ideológico e institucional, buscando o caminho preferencial do *hard power* e de posturas mais ligadas ao uni do que ao multilateralismo.

As raízes deste neoconservadorismo datam dos anos 1980 na presidência Reagan e alcançaram nova dimensão nos EUA com a eleição de Bush em 2001 e sua reeleição. Neste período, chegando até os dias de hoje, a manifestação desta corrente política não é exclusividade norte-americana, já se podendo ver indícios desta tendência no crescimento de forças mais ligadas à direita em países como a França e a Alemanha. Porém, esta ascensão, assim como a dos grupos radicais acima mencionados, não é ainda dominante nas sociedades, levando, inclusive à polarização das forças políticas. Na reeleição de Bush, como nas últimas eleições alemãs (que levaram ao poder Angela Merkel), o que se observou foi uma profunda divisão de forças e votos no eleitorado. Com isso, aumentam as situações nas quais a maioria política ou mesmo a busca de coalizões para obtê-las não representa uma certeza de consenso real frente a estas divisões.

De certa forma, 11/09 liberou ainda mais a aceleração destas forças conservadoras e dos grupos radicais, inserindo um novo componente estratégico no cenário: a idéia de um inimigo a combater em uma guerra que pode ser justificada (dos dois lados). Entretanto, a relativização do multilateralismo e a transformação tática unilateral antecederam estes eventos, que somente reforçaram estas tendências

como destacado, dando-lhes uma face mais bem acabada. Esta mudança tática corresponde, igualmente, a uma reorganização do pensamento estratégico norte-americano, considerando como meio mais eficiente de sustentar a hegemonia o padrão mais sustentado na força e na percepção de um mundo unipolar do que o internacionalismo multilateral anterior. A partir daí, mas principalmente da Doutrina Bush (2002), não só os EUA, mas como outras nações passaram a fazer uso com mais frequência desta postura.

Segundo a Doutrina Bush, a preempção e a prevenção da emergência de novos riscos aos EUA e ao mundo deve ser considerada como um objetivo prioritário, identificando-se como principal ameaça de segurança neste cenário a combinação entre o terrorismo (via grupos não-estatais e patrocinado por Estados) e as armas de destruição em massa (ADMs). Como parte desta prevenção, a eliminação de regimes autoritários e a promoção da democracia, promovendo a mudança de regime em localidades hostis foi também considerada. Paralelamente, o reposicionamento norte-americano na Eurásia e a diminuição da vulnerabilidade energética dos EUA também fazem parte desta agenda.

No que se refere ao Oriente Médio, portanto, o cenário de presente crise é reflexo desta escalada e que se insere, a partir de 2001, no quadro mais abrangente da guerra contra o terror. Do Afeganistão ao Iraque, as operações militares tem sido “bem-sucedidas” em “mudar os regimes” conseguindo tirar do poder governantes hostis, porém, o passo seguinte, a estabilidade é um objetivo que não se realiza. Ambas as nações continuam enfrentando, respectivamente desde 2001 e 2003, processos lentos de transição, marcados por guerras civis, funcionando como foco de disseminação de tensões em seu entorno. Ao mesmo tempo, as ofensivas israelenses em territórios palestinos, as mortes de Arafat e o afastamento de Sharon (e a subida ao poder de Olmert), a ascensão do Hamas político ao poder, as recusas mútuas em negociar, mantém elevada a instabilidade local e, como

o Iraque e o Afeganistão, disseminam tensões, culminando no caso libanês hoje em questão.

Em meio a isso, tentativas de negociação política prévias como o Mapa da Estrada, que retomava a prioridade da construção de um Estado Palestino, são secundárias, uma vez que não conseguem gerar confiabilidade ou legitimidade suficientes. Mais ainda, à medida que esta e outras iniciativas políticas tem constantemente sido apenas produto de operações militares prévias ou medidas unilaterais, os interlocutores dificilmente as percebem como elementos de conversações, mas sim como “pacotes fechados” que devem ser ou não adotados. A própria questão das tréguas no caso Israel/Líbano, o envio das forças multinacionais da ONU à região igualmente surgem como soluções *a posteriori*, tentando validar situações previamente existentes originadas na confrontação. Além disso, falta clareza em quem são os interlocutores e/ou inimigos, o que dificulta a construção de uma estrutura diplomática que dê conta desta diversidade e polarização. De “positivo” com relação ao Líbano, destaca-se a ação da União Européia em participar das tropas da ONU, que pode ser um interessante indicador de um embrião de uma postura conjunta que leve à Política Externa e de Segurança Comum.

Ao mesmo tempo, o Irã adiciona um novo tensionamento à região, que mistura tanto uma postura defensiva quanto ofensiva da diplomacia deste país (similar a da Coreia do Norte) que busca o desenvolvimento da tecnologia nuclear. Pressionado pela comunidade internacional, o Irã mantém seu curso, novamente revelando fissuras no Conselho de Segurança, que hoje opõem EUA, França e Grã-Bretanha à Rússia e China. Parcerias estratégicas e energéticas com o Irã, separam Rússia e China aos demais, questionando-se a possibilidade de uma posição fechada sobre a questão. E, eventualmente,

ainda que se chegue a esta posição, considerando-se inclusive embargo econômico ao Irã, isto afetaria o mercado de petróleo e a todo o sistema internacional.

Finalmente, há de se mencionar um outro resultado das mudanças táticas atuais e que tem levado a oscilações não só no sistema, mas nas decisões de política externa dos EUA: o acordo nuclear com a Índia. Fechado no início deste ano de 2006, este acordo é eficiente no sentido de aproximar os eixos indiano-norte-americano contrabalançando a China e mesmo a Rússia em recuperação, igualmente reforçando oportunidades políticas e econômicas para os EUA nesta nação e na Ásia em geral. Por outro lado, o acordo é ambíguo ao se lidar com a questão da proliferação, aplicando-se à Índia um tratamento diferenciado, permitindo que um país não-signatário do Tratado de Não Proliferação Nuclear obtenha concessões e privilégios neste campo e na relação bilateral com os EUA (argumento inclusive levantado pelo Irã e Coreia do Norte em seus embates diplomáticos).

Quase já em sua primeira década, o século XXI cada vez mais reforça suas feições voláteis, aumentando a sensação de perda de lugar no mundo, que somente incrementa os radicalismos e os fundamentalismos que eclodiram em 11/09. Como indicado, contudo, 11/09 não é o fim deste caminho, mas a representação de um desenvolvimento histórico que tem se acelerado nos últimos anos, apenas reforçando impressões equivocadas como as da inevitabilidade das guerras e que se espalham não só no Oriente Médio como por todo o sistema internacional. Em seu quinto aniversário, mais do que o começo de um século de crises, 11/09 foi o capítulo intermediário de um processo de reordenamento de forças do pós-Guerra Fria e das táticas dos EUA, que tudo e nada mudou e que ainda nos esforçamos a compreender.



## Apaziguando terroristas?

Rogério de Souza Farias\*

Na última semana de agosto do corrente ano a imprensa americana reportou mais uma crise entre republicanos e democratas no país. Aparentemente o estopim foi a declaração do Secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, na reunião anual de veteranos da Legião Americana. Nessa ocasião, o Secretário comparou os atuais grupos terroristas a um “novo tipo de fascismo”. Adicionou, ainda, que os atuais críticos da política externa americana “não aprenderam a lição da história”, aludindo os efeitos do “apaziguamento” (*appeasement*) da década de 30. Ao que tudo indica, essa é a nova retórica republicana, cuidadosamente desenhada para justificar as ações da atual administração Bush no campo do combate ao terrorismo – fascistas = terroristas, apaziguadores (*appeasers*) = críticos da política externa americana.

A acepção imediata do termo para o léxico da política internacional vem da ação dos políticos ingleses e franceses da década de 30, notadamente o Primeiro Ministro inglês Neville Chamberlain. O acordo de Munique de 1938 – negociado por Chamberlain e que daria à Alemanha o virtual controle sobre a Europa Oriental – transformaria para sempre o termo apaziguador em sinônimo de fraqueza e covardia.

Depois da II Guerra, o termo foi utilizado diversas vezes para simbolizar o sacrifício de princípios pelo expediente ou para justificar medidas ofensivas. Assim, na década de 50, o presidente americano Harry Truman utilizaria a “lição da década de 30” para justificar as tropas americanas no conflito coreano. Na década seguinte, Lyndon Johnson era assombrado por Munique e por Chamberlain na definição da posição americana para o Vietnã. Posteriormente,

Reagan seria chamado de apaziguador por republicanos furiosos com as conversações sobre armamentos com os soviéticos.

A utilização do termo pelos republicanos, portanto, não é nada nova. Mesmo na atual guerra contra o terrorismo o artifício retórico parece carecer de ineditismo, pois lideranças da oposição indiana já utilizaram o termo “apaziguamento” para criticar o governo do país, que ao utilizar essa política estaria incentivando os terroristas muçulmanos do país a pensar que podem se safar de qualquer crime, não importando quão grave o seja.<sup>1</sup>

Para o analista das relações internacionais que esteja auscultando o pertinente debate há diversos questionamentos relevantes que devem ser suscitados. O primeiro é uma reflexão conceitual mais sofisticada sobre o termo, pois é bem sabido que o debate político distorce conceitos e não raro faz leituras equivocadas da história. O segundo é a pertinência da declaração do representante republicano para a definição de políticas em um contexto de escalada do terrorismo. Por fim, deve-se ponderar o papel perigoso que analogias tiradas da história podem gerar na definição perceptiva da realidade por parte dos decisores.

Na questão conceitual, um fato é claro: a palavra “apaziguamento” nem sempre teve uma função negativa. O termo originalmente significou “pacificar” ou “trazer para um estado de paz” e vários pensadores o utilizaram nesse sentido – Francis Bacon, John Milton e W.B. Yeats. Winston Churchill, um dos maiores críticos de Chamberlain, também não se furtou em usá-lo nesse sentido em 1929, quando em

\* Mestrando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília e editor assistente de RelNet – Rede Brasileira de Relações Internacionais (rofarias@gmail.com).

<sup>1</sup> “Politics of appeasement causing spurt in terrorism: Tripathi”. The Hindu. 13 de julho de 2006 [acesso em 2 de setembro de 2006].



um livro utilizou a palavra para refletir sobre o caos da situação turca e as relações do ocidente com a Rússia soviética.

Apesar de paradoxal, esse significado primitivo coaduna-se com o pensamento realista tradicional de relações internacionais. De acordo com esse núcleo de reflexão, o apaziguamento, se for bem conduzido, torna-se uma parte essencial do processo de balanceamento (*balancing*) do sistema internacional, no qual conflitos entre as grandes potências são minimizados. Apaziguamento é, portanto, uma forma de facilitar mudanças pacíficas no sistema internacional. Mas isso não significa que todos saiam ganhando. No século XIX, no Concerto Europeu de Metternich, por exemplo, essa estratégia não raro redundava em uma total falta de consideração pelos interesses dos pequenos estados, que eram repartidos e guindados pela política das grandes potências.

Após a década de 30 esse sentido original da palavra nunca mais seria recuperado – e a analogia de Rumsfeld é emblemática nesse sentido. Mas o importante aqui é avaliar a adequação do recurso retórico aos problemas da política internacional. Antes de tudo, o “apaziguamento” era uma estratégia para lidar com Estados, notadamente revisionistas, tanto na sua acepção antiga quanto moderna. Como poderemos aplicar uma política definida para a interação de Estados para uma realidade na qual unidades descentralizadas e redes de interação se espriam pelo globo? Uma outra questão subsidiária é se redes descentralizadas que promovem o terror – definido como atividade na qual danos psicológicos são bem maiores que danos materiais – e têm como objetivo final a derrocada de valores essenciais do mundo ocidental podem ser “apaziguadas”.

Esses dois pontos de reflexão demonstram tanto a falácia da analogia de Rumsfeld, como também demonstram o perigo de estratégias dilatórias, defensivas e evasivas para lidar com o problema do terrorismo. Assim, por um lado, ninguém

seriamente propôs qualquer estratégia de “apaziguamento” para lidar com o problema do terrorismo – os críticos de modo geral estão sempre no espectro que vai da concordância da guerra ao terror, discordando somente da atual estratégia militar americana, para os que acreditam que os terroristas nascem das próprias políticas unilaterais e equivocadas dos EUA. Por outro lado, o secretário americano está certo ao demonstrar o perigo que os terroristas podem causar em um contexto no qual armas muito letais podem facilmente ser adquiridas ou criadas.

A apreciação da analogia de Rumsfeld não deve parar aqui. Há um problema bem mais profundo ensejado pela declaração do Secretário que deve ser ponderado: o papel da história no processo perceptivo dos decisores. Não raro estadistas utilizam analogias do passado para entender o presente ou para justificar determinadas políticas. Geralmente esses políticos encontram na academia a fonte necessária de ricas ilustrações históricas para o exercício de seus ofícios – são centenas de profissionais sedentos em aconselhar os modernos príncipes na arte de governar.

É natural um estadista ter uma visão particular da história, pois eventos antecedentes ajudam na identificação de padrões de causalidade e facilitam raciocínios ao tornar o seu mundo mais inteligível. O problema nasce quando se começa a retirar “lições da história”, que determinam as imagens que constroem a interpretação de novas informações adquiridas por esse tomador de decisão. A literatura está banhada de exemplos nos quais uma leitura determinada da história afeta a predisposição cognitiva dos agentes políticos, levando-os a cometer sérios equívocos.

Há, portanto, um sério risco para o mundo se as lideranças republicanas começarem a espreitar o mundo com as lentes que hoje observam o Acordo de Munique. Não hesitarão em tomar atitudes para combater radicais, mas perderão oportunidades para construir com setores mais moderados do Oriente Médio um mundo mais seguro e sem radicalismos.

## ***Brasil-Paraguai: rastros da Guerra Fria***

**Virgílio Arraes\***

Há alguns dias, faleceu, em Brasília, aos 93 anos o mais importante dirigente político do Paraguai durante o século XX: General Alfredo Stroessner, cujo exercício ininterrupto na Presidência da República chegaria a praticamente três décadas e meia (maio de 1954 a fevereiro de 1989), até ser deposto por um golpe militar, por seu consogro, General André Rodriguez, pouco mais de um ano após a ratificação de seu oitavo mandato. Sem alternativa política internamente, ser-lhe-ia concedida a opção de apresentar pedido de asilo. Solicitado ao Brasil, a requisição seria aceita prontamente pelo governo, o primeiro de caráter civil após duas décadas também de ditadura militar.

Na altura, era ele o mais antigo governante da América Latina. Ao lado do também General Augusto Pinochet, do Chile, ambos representaram, dada a extensão de tempo à frente do poder, os típicos ditadores militares sul-americanos de cuja aliança os Estados Unidos puderam desfrutar durante o período da Guerra Fria. A aproximação estreita caracterizava-se pela postura sobremodo anticomunista em nome da qual direitos humanos, liberdade de expressão, direito de organização sindical e política foram postos em plano secundário.

Stroessner assumiu o poder no país na esteira de uma crise econômica de duração prolongada. Veterano da Guerra do Chaco (1932-1935), conflito no qual o país saiu-se vencedor contra a Bolívia, nada obstante o alto preço de vidas – estima-se entre 50 a 100 mil apenas do lado paraguaio – e do desbaratamento de sua incipiente infra-estrutura, ele ascenderia rapidamente na carreira, ao se tornar em 1948 o mais jovem general do país. A partir desse ano até 1954, o Paraguai teria sete presidentes e milhares de exilados políticos. Ao se tornar o oitavo

da série, obteria a estabilidade política, com o auxílio oficialmente do Partido Colorado, mas por meio do terror, com prisões, assassinios ou exílios. Tudo isto seria o ‘custo da paz interna’.

No plano regional, o Paraguai auxiliou a compor um cinturão anticomunista cujo zênite ocorreria na década de 1970 com a constituição da Operação Condor (1974), derivada de uma iniciativa chileno-paraguaia e responsável pela intensificação interestatal da repressão aos opositores dos regimes ditatoriais. Anteriormente a ela, porém sob o acompanhamento dos Estados Unidos, dois países experimentaram o conservadorismo emanado da Guerra Fria: Bolívia, onde, por breve momento, houve um governo de inclinação de esquerda (outubro de 1970 a agosto de 1971), encabeçado pelo General Juan José Torres, mas substituído pelo General Hugo Banzer. Expatriado, Torres se refugiaria na Argentina, país em que seria assassinado em junho de 1976, após ser seqüestrado. Sua morte, em início da ditadura platina, é posta como fruto já da Operação Condor;

Chile, em que o Presidente Salvador Allende esteve à frente de um governo de cunho socialista (novembro de 1970 a setembro de 1973). Sua deposição ocorreu por um golpe militar e ele não teria chance alguma de organizar a resistência democrática ou mesmo de exilar-se. Allende faleceu no ataque a sede do Executivo, o Palácio de La Moneda e enfrentara problemas políticos antes mesmo de sua posse, obtida após a quarta disputa eleitoral. Em seu lugar, assumiria o General Augusto Pinochet como líder da junta quádrupla – as três forças militares mais a polícia.

No âmbito hemisférico, os vínculos de Stroessner com os Estados Unidos foram tão presentes que, por duas vezes, o país oferecera apoio militar: na Guerra do Vietnã e na ocupação de São Domingos em 1965.

\* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília - iREL-UnB (arraes@unb.br).

Na Organização das Nações Unidas, fora ele também um aliado incondicional. Desta forma, o país conseguiria obter um peso político considerável na região, a despeito de seu pouco peso econômico.

Diferentemente das ditaduras do Brasil e da Argentina, onde houve o rodízio dos governantes, no Paraguai, desenvolveu-se o culto à figura do dirigente que batizaria até cidade – Puerto Stroessner. Nos primeiros trinta anos de sua gestão, apenas em 1959 o estado de sítio foi brevemente suspenso. Economicamente, o ponto alto da longa gestão autoritária foi a construção bilateral da hidroelétrica de Itaipu, a maior do globo. Financiada majoritariamente pelo Brasil, a obra estimulou a economia paraguaia durante anos, ao providenciar milhares de empregos.

Dentro do espaço propiciado pelo acordo econômico, houve o político, batizado de Operação Mesopotâmia, por meio do qual o Brasil providenciou informações a diversos países sul-americanos durante a convergência temporal dos regimes ditatoriais. Uma das atividades almejadas foi a de impedir a presença de trabalhadores suspeitos de subversão.

No início dos anos 1980, quase todas as ditaduras militares sul-americanas dissolveram-se, em função de crises econômicas, expressas por inflação crescente e incapacidade de pagar os juros da dívida externa. Declinada a fase nacional-desenvolvimentista, de feitio, portanto, autoritário, houve espaço para a ascensão de democracias formais, de modo que, ao fim daquela década, a ditadura paraguaia tornar-se-ia um anacronismo – no Chile, em outubro de 1988, um referendo negou ao General Pinochet mais um

mandato, de forma que, em dezembro de 1989, realizar-se-ia a eleição presidencial.

Naquela altura, acresça-se que o espectro comunista ou soviético não significava mais uma ameaça político-econômica. Mesmo os Estados Unidos já registravam atritos com o país, iniciados de modo tímido na gestão Carter. Com a sua saída, pouco se alteraria administrativa e politicamente. Todavia, arquivos de sua gestão foram parcialmente liberados a partir de 1992 e deles se depreenderia informações não só sobre a repressão interna, mas regional também, graças aos esforços do advogado Martin Almada, ele mesmo vítima do regime.

Deste modo, os alcunhados ‘arquivos do horror’ revelariam, de modo extensivo, o funcionamento da Operação Condor. Após sua saída, pouco se alteraria em termos sociais, ainda que o relacionamento do Estado com a Igreja Católica melhorasse. Ademais, o país ingressaria no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) em 1991.

Por fim, a presença do General Stroessner em Brasília não foi dificultada, nem considerada constrangedora por parte do governo brasileiro, a despeito de pedidos de extradição tanto da parte da Argentina – em abril de 2001, o Judiciário considerou que a Operação Condor havia sido uma vasta organização criminosa por meio da qual dezenas de paraguaios haviam desaparecido nos anos 1970 – bem como do próprio Paraguai, que havia solicitado sua extradição em setembro de 2004, a fim de que ele pudesse responder pessoalmente às acusações relacionadas ao desaparecimento de três pessoas entre 1976 e 1978.

***Assine a Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI  
e adquira os livros publicados pelo IBRI***

Na **Loja do IBRI** é possível adquirir os livros editados pelo Instituto, assinar a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI* e inscrever-se em eventos promovidos pela Instituição. Visite o novo site do IBRI em <http://www.ibri-rbpi.org.br>.

## ***Democratização da Política Externa Brasileira: o papel do Legislativo***

**Seme Taleb Fares\***

A imagem do Legislativo brasileiro vem sendo afetada de forma bastante negativa junto à sociedade graças aos últimos escândalos de corrupção envolvendo parlamentares desta legislatura. De fato, o parlamento no Brasil já vinha sofrendo um processo de desgaste em sua credibilidade há mais tempo, mas não de forma tão profunda. Ainda assim, o importante papel institucional do Congresso Nacional no sentido de democratização das decisões políticas do País não pode ser desprezado. Nesse tocante, inseri-se o papel do Legislativo em relação à política externa brasileira.

A democracia, no Brasil, parece ainda não ter contemplado totalmente todas as áreas das políticas públicas. Nesse sentido, o Legislativo representa, sem embargo, a maneira mais eficaz de se democratizar o debate em torno de um processo decisório do Estado. Esse Poder funciona como uma espécie de canal de diálogo entre grupos sociais e as diversas correntes de pensamento político. Uma dessas políticas públicas sub-contempladas por métodos de participação democráticos é a referente à política externa, que, como as demais, acarreta sérias consequências aos cidadãos.

Serve-nos como exemplo de um Legislativo forte no que concerne à formulação da política externa de um país, principalmente, o paradigma dos Estados Unidos da América. Isso não significa que as práticas observadas no parlamento daquele país sejam as melhores para o nosso parlamento. O modelo do “treaty- making power” mais apropriado à realidade nacional e internacional do Brasil não necessariamente

deve ser copiado de fora, podendo incorporar, por exemplo, canais de participação do Legislativo “ex ante”, ou seja, no momento mesmo da negociação do tratado no plano internacional.

De todo modo, o parlamento brasileiro vem desempenhando funções essenciais no tocante à política externa que, muitas vezes, é ignorado pelos estudiosos das Relações Internacionais. Em termos jurídicos, o Congresso Nacional tem suas competências quanto ao compartilhamento da formulação da política externa com o Executivo estabelecidas na Constituição Federal, em especial a referente à adesão do País a tratados internacionais, principal manifestação da política externa de um país. Assim, uma fase “doméstica”, de bonificação do parlamento, como preliminar à ratificação pelo Poder Executivo, se faz necessária. Essa limitação de competência do Executivo constitui, também na ordem externa, uma limitação da competência internacional do governo. Isso porque quando um tratado é concluído em desrespeito às regras constitucionais do país signatário, esse ato internacional não produz efeito jurídico, segundo a Convenção de Viena sobre tratados, em seu artigo 46.

É verdade que ao Poder Executivo é resguardada a maior parte na tarefa de determinar os rumos da inserção internacional do País. Afinal, é o Executivo o responsável pela agenda da política externa brasileira e pelas rotinas de trabalhos diários exigidos pela diplomacia. Em outras palavras, cabe a ele a iniciativa da adoção ou não de um acordo internacional. Diante disso, as fases iniciais de negociação no âmbito internacional e

\* Mestrando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (seme.fares@gmail.com).

assinatura de tratados são efetuadas sob o comando do Executivo, assim como a sua posterior ratificação – após aprovação do texto do tratado pelo Congresso Nacional –, fórmula consagrada tanto pelo direito constitucional brasileiro como pelo direito internacional público. Tradicionalmente, no Brasil o Executivo é quase que o único responsável pela definição dos pontos e das condições a serem negociadas pelo País no que se refere à sua política externa.

Ainda que esse papel do Executivo seja quase absoluto, a responsabilidade do Legislativo não é, por isso, menor. Remetidos o texto e a justificativa do tratado ao Congresso Nacional pelo Executivo, a matéria é discutida e votada separadamente em cada uma de suas Casas. Isso significa que sua eventual rejeição na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal põe termo ao processo, e seu conseqüente arquivamento. É importante frisar que, em sua tramitação no Legislativo, é possível não apenas rejeitar ou aprovar o texto em sua totalidade.

Nisso, pode o Congresso Nacional propor a retirada ou o oferecimento de reservas a tratados, respeitando, neste último caso, tal previsão no próprio texto do tratado. Em outras palavras, o oferecimento de reservas somente será possível nos casos e nos artigos em que o tratado prever. Além disso, existe a possibilidade, ainda que guardadas as limitações, de o parlamento propor emendas ao texto do tratado internacional. A matéria, sem embargo, é polêmica.

Afinal, uma das principais formas de atuação do Legislativo quanto às suas competências constitucionais e políticas é por meio da proposição de emendas a matérias sujeitas a ele. De fato, no caso de mensagem do Executivo sobre tratado internacional o cenário é bastante mais complexo quando comparado a outros tipos de proposições, uma vez que envolve, além das regras de direito interno, a prática do direito internacional público. Mesmo assim, à primeira vista, parece não existir diferença entre mensagens do Executivo sobre acordos internacionais e as demais proposições que tramitam

no Congresso Nacional. Afinal, a mensagem presidencial trata apenas de um “projeto de tratado”, o que, em tese, está ainda sujeito a alterações. Assim, o Congresso Nacional tem o poder de desaprovar um tratado proposto na sua totalidade ou então aprová-lo e estabelecendo as condições para tanto, devendo o Executivo, por conseguinte, voltar à mesa de negociação internacional para discutir as novas alterações sugeridas pelo parlamento nacional. A prática é observada no parlamento norte-americano já há bastante tempo, por meio da aprovação de tratado com condicionalidades, ou seja, o tratado só é ratificado se atendidas as condições estabelecidas pelo Senado daquele país. Trata-se de “emenda-condição”, em que não é proposta diretamente ao texto da proposição principal – o tratado internacional – e sempre, necessariamente, intermediada pelo Executivo, se este quiser dar prosseguimento ao processo de formulação do tratado. Está, portanto, na interseção entre sugestão e obrigação.

No Brasil, diversas Consultas (7, de 1993, e 4, de 2004) elaboradas pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados confirmaram esse entendimento também para o caso brasileiro. Antes, na década de 1960, o acordo Brasil-Tchecoslováquia sobre comércio e pagamentos teve seu texto modificado por motivo de proposta de emenda feita pelo Congresso Nacional. Na ocasião, o governo brasileiro comunicou à outra parte que o Poder Legislativo do País havia condicionado a aprovação do tratado às modificações mencionadas. Em seguida, o governo tcheco acatou as alterações propostas pelo parlamento brasileiro, integrando, assim, o tratado, definitivamente. Em 1963 o acordo foi promulgado, sem necessidade de nova apreciação pelo Legislativo. Outro exemplo prático de emendamento pelo Legislativo de tratado internacional diz respeito ao acordo Brasil-Estados Unidos sobre utilização da base de Alcântara. Nesse caso, a leitura de grande parte dos parlamentares era de que tal acordo, se aprovado naqueles termos negociados pelos diplomatas

brasileiros, iria ferir o princípio da soberania nacional, da mesma forma que seria contrário aos esforços de desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil. Por fim, devido a essas controvérsias, o acordo foi retirado pelo então novo governo Lula de tramitação em 2003.

Sem dúvida a proposição de emendas pelo Congresso acarreta obstáculos para a conclusão do processo de formação de tratado internacional para o País, ou até mesmo de sua inviabilidade prática, caso se trate de tratado multilateral. Isso porque, na eventualidade de tratado bilateral, os termos dessas emendas deverão ser renegociados com a outra parte e, pior, no exato sentido ali contido, o que, pela característica particular de toda negociação, é difícilimo de ocorrer. Mais ainda: se se tratar de acordo multilateral, esses termos deverão ser levados a todo o conjunto dos signatários, que, pela prática internacional, poderia causar uma paralisação em matéria de formação de entendimentos nos fóruns multilaterais existentes nas relações internacionais. Por esses motivos, o instituto do emendamento parlamentar, apesar de perfeitamente viável, deve ser empregado pelo Congresso Nacional com bastante cuidado e comedimento, analisando, caso a caso, quais as possibilidades políticas de uma aceitação de emendas pela outra parte e quais custos para o Brasil de um não-acordo. De todo modo, a decisão que o Congresso deve tomar em matéria de tratado internacional não precisa ser do tipo “tudo ou nada” (*take-it-or-leave-it*), que considera o tratado como necessariamente um pacote fechado, sem qualquer possibilidade de modificação.

Além da competência exclusiva de apreciar tratados internacionais assinados pelo Executivo, o Legislativo possui diversos outros instrumentos para interferir no processo decisório em política externa. Entre eles, figuram a convocação ou o convite ao ministro das Relações Exteriores, moção de apoio ou repúdio a acontecimento internacional que, com frequência, insta o Itamaraty a tomar essa ou aquela

posição, formação de grupo parlamentar internacional de intercâmbio entre o parlamento do Brasil e o de outro país, a fim de estreitar a amizade dos dois países por meio de diálogos constantes entre os seus parlamentos, comissões externas para acompanhar assunto no estrangeiro, e mesmo a sabatina de novos embaixadores pelo Senado Federal, entre outros instrumentos.

As práticas do parlamento brasileiro revelam, ademais, fortes debates, pressões por modificações do texto de tratado, ameaças de rejeição e, também, adiamento deliberado de acordos polêmicos. Procuram, os próprios parlamentares, influenciarem os rumos da política externa via discursos, pressões diretas sobre o ministro das Relações Exteriores ou sobre o Presidente da República.

Com efeito, a democratização impõe-se como processo irreversível, em todos os setores da vida pública. As tendências atuais de integração da economia nacional à economia internacional, a abertura econômica e as repercussões do cenário internacional no nacional contribuem para a politização/ democratização da política externa. Maior interesse popular significa maior interesse parlamentar. Dessa forma, o processo decisório tradicional em política externa, em que um espaço diminuto era reservado ao Legislativo, vem sendo constantemente desafiado, em detrimento da perspectiva anacrônica de insulamento burocrático.

Cabe lembrar que esse movimento de democratização da política externa brasileira pelo Legislativo não é tão recente assim. Desde o princípio do funcionamento dessa instituição no Brasil, o parlamento vem participando do debate sobre os rumos da política externa brasileira, como no caso das denúncias de prejuízos ao interesse nacional causados pelos “tratados desiguais” com a Inglaterra, no século XIX. O que ocorre agora é apenas uma intensificação no interesse do parlamento pelos rumos da política externa, e busca por novos instrumentos institucionais de se fazer ouvir.



Enfim, o maior papel do Legislativo e ampliação do grau de democratização no processo decisório em políticas externas acarretam, provavelmente, em uma maior complexificação e demora em sua formulação. Apesar disso, seus benefícios ultrapassam sobremodo eventuais prejuízos. O papel do Legislativo na democratização da política externa

é, por fim, essencial, como o foi em outros campos da política pública, funcionando o Legislativo e o Itamaraty como instituições complementares a fim de se criar uma política externa mais legítima e que reflita mais de perto os anseios sociais, sem deixar de se preocupar com os aspectos técnicos e de longo prazo.



## ***Meridiano 47***

*Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais*



INSTITUTO BRASILEIRO DE  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**ISSN 1518-1219**

**Editor:** Antônio Carlos Lessa

**Editor-adjunto:** Virgílio Arraes

**Editor-assistente:** Rogério de Souza Farias

### ***Conselho Editorial:***

Amado Luiz Cervo, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Argemiro Procópio Filho,

Estevão R. Martins, Francisco Doratioto, José Flávio S. Saraiva, João Paulo Peixoto, Tânia Pechir Manzur.

**Projeto Gráfico:** Samuel Tabosa de Castro – samuel.tabosa@gmail.com

## ***Uma corrida armamentista na América do Sul?***

**João Fábio Bertonha\***

Por todos os critérios possíveis de comparação, fica claro como a América do Sul é um continente irrelevante em termos de poder militar. Se pensarmos em termos de valores gastos, basta recordar como, em 2005, o orçamento militar dos Estados Unidos se aproximou, segundo os dados do Stockholm International Peace Research Institute, de 450 bilhões de dólares. Em seguida, estaria o orçamento dos países da União Européia (190 bilhões), o do Japão e da China (40 bilhões cada) e o da Rússia (20 bilhões). O orçamento militar combinado de todos os países da América do Sul não chegaria a 20 bilhões de dólares, ou seja, uma pequena fração do das grandes potências.

Não é correto fazer uma análise puramente aritmética, que não indica a real capacidade militar. Assim, o fato do orçamento militar norte-americano ser vinte e duas vezes maior do que o latino-americano não significa, automaticamente, que a capacidade militar dos Estados Unidos seja vinte e duas vezes a dos seus vizinhos do sul. Mas não deixa de ser relevante que, para manter os seus 1,3 milhão de homens em armas, os latino-americanos precisem de apenas 1/22 dos recursos investidos pelos norte-americanos, que dispõem, hoje, de 1,5 milhão de homens em uniforme. Assim, cada soldado ao norte do Rio Grande dispõe de 300 mil dólares para armas, treinamento, instrução, etc, enquanto os ao sul têm apenas 15-17 mil dólares para o mesmo fim.

Também quando se pensa na proporção do gasto militar frente ao PIB ou no fluxo de armas dos países do Primeiro Mundo para o Terceiro, fica claro como o a América do Sul é pouco militarizada, especialmente quando em comparação com outras áreas do mundo, como o Oriente Médio ou a Ásia oriental.

Dessa forma, a América do Sul é, para todos os efeitos, um continente pacífico, onde não há perspectivas de grandes guerras entre os seus principais países há vários anos e no qual a aquisição de armamentos sofisticados é algo raro. A falta de recursos por parte de sociedades ainda muito pobres; o fato dos militares, até pouco tempo atrás, se concentrarem em assuntos internos; as ambições internacionais modestas dos seus principais países e a presença hegemônica dos Estados Unidos provavelmente explicam esse menor militarismo nessa parte do mundo.

No entanto, certas notícias da imprensa internacional nos últimos meses têm suscitado temores de que uma escalada militar estaria se iniciando na América do Sul. Uma escalada, claro, que nem de longe nos aproximaria dos centros do poder do mundo, mas que poderia, possivelmente, ter alguma influência nos equilíbrios geopolíticos locais.

Seguindo os dados dessa imprensa (notadamente a espanhola e a argentina), uma nova corrida às armas estaria se iniciando no sub-continente. Um dos seus focos seria a Colômbia (que tem reforçado suas forças militares com o auxílio dos Estados Unidos) e o outro seria o Chile, que tem adquirido material moderno para as suas forças armadas, incluindo novos tanques Leopard, caças F-16 e submarinos franceses Scorpene.

O maior centro dessa possível escalada militar, contudo, seria a Venezuela. Com os abundantes recursos do petróleo à disposição, o governo de Hugo Chávez estaria indo às compras no mercado internacional, adquirindo aviões espanhóis e brasileiros, radares ucranianos e chineses, etc. É com a Rússia, contudo, que os laços militares estariam se

\* Professor da Universidade Estadual de Maringá – UEM (fabiobertonha@hotmail.com).

tornando mais intensos, com a aquisição de fuzis Kalashnikov, helicópteros e caças Mig.

Recentemente, anunciaram-se planos ambiciosos de aquisição militar por parte de Caracas. Ao custo de 60 bilhões de dólares, seriam adquiridos caças, helicópteros, fuzis, radares e sistemas navais, especialmente da Rússia. Segundo estes planos, em 2020, a Venezuela teria 150 caças supersônicos, 15 submarinos, dezenas de navios de superfície e mais fábricas de munição e outros equipamentos. Neste ano, a Venezuela seria a maior potência militar do continente.

Estes boatos têm que ser vistos com imensa cautela e colocados no seu devido contexto. Se os levamos a sério, a impressão que teríamos é que a América do Sul entrou numa era de disputa entre os vários países pela liderança e hegemonia militar regional. No entanto, se examinarmos com cuidado os dados disponíveis, verificaremos que tais boatos não procedem.

As aquisições militares chilenas, por exemplo, refletem mais o poder residual dos militares dentro do Estado chileno e a boa condição da sua economia do que obrigatoriamente uma tentativa de assumir um papel hegemônico na região do Pacífico. Claro que o Chile tem toda uma tradição de forças militares eficientes e a nação andina é, provavelmente, o país sul-americano que dispõe do material militar mais moderno e do pessoal mais treinado e profissional. Suas tensões ainda latentes com seus vizinhos também levam a um cuidado com o preparo militar que outros países não têm. Mas algumas poucas dezenas de F16 ou dois submarinos, substituindo material obsoleto, não farão do Chile uma potência militar realmente dominante. O mesmo poderia ser dito da Colômbia. Os gastos militares e o efetivo do Exército têm crescido muito nos últimos anos, mas é mais um reflexo da luta contra as FARC do que uma escalada para ameaçar os vizinhos.

A Venezuela é um outro exemplo de que a aparência nem sempre corresponde à realidade. As suas compras efetivas (fora da propaganda ou das

projeções de longo prazo) são basicamente, fora alguns caças e aviões de transporte, de fuzis e outros equipamentos leves. Estes se inserem na visão do atual governo venezuelano de que quaisquer possibilidades de resistência a uma invasão norte-americana (improvável, convenhamos) estariam não em enfrentar as tropas norte-americanas em campo aberto, mas em desgasta-las via guerrilha e terrorismo. Assim, a idéia que fundaria a compra de tanto material leve seria a de armar milícias e outros grupos que se oporiam, nos subterrâneos, a uma possível invasão por parte dos Estados Unidos. Se isso realmente funcionaria, é discutível, mas tem alguma lógica dentro do pensamento chavista.

Além disso, a corrida às armas de Chávez também tem relação direta com a sua necessidade de cultivar o apoio dos militares internamente e com algumas tensões com alguns de seus vizinhos, como a Colômbia e a Guiana. Também parece haver um desejo de irritar e incomodar os Estados Unidos. Tudo isto não é problema direto do Brasil.

Mas e todos esses caças, navios e equipamentos avançados russos que, segundo a imprensa, vão ser comprados? É duvidoso que esse ambicioso plano de rearmamento vá se concretizar, pois depende da continuidade de Chávez no poder e dos altos preços do petróleo. Assim, coloca-lo na pauta da discussão agora não faz sentido.

Em resumo, afirmar que o continente vive uma corrida armamentista e que devemos nos preparar para ela significa apenas dar voz a setores ligados aos militares e à indústria bélica (no Brasil, assim como na Argentina) que utilizam esse argumento para defender uma ampliação dos gastos militares.

Não obstante, fato é que o Brasil talvez devesse repensar um pouco a questão dos investimentos militares. Nossa situação é bastante confortável quando se trata da segurança pura e simples. Afinal de contas, temos o maior efetivo, o maior volume de armamentos e o maior orçamento militar do continente sul-americano. Além disso, ao lado de todos esses "maiores", temos uma base territorial

imensa e uma grande força industrial. Para completar, nossa antiga rival, a Argentina, enfraqueceu tanto que, mesmo que o Mercosul terminasse, não seria um risco como, talvez, tenha sido no passado. Ou seja, nenhum vizinho pode ambicionar nos invadir e nossa situação, assim, é tranqüila, ainda que a nossa capacidade de defesa da soberania frente a uma superpotência como os Estados Unidos já seja claramente questionável.

Não obstante, o poder militar não serve apenas para invadir e conquistar o vizinho. Ele também é um instrumento de pressão e poder político e, de fato, quando examinamos o fator projeção de poder, nossa força militar pode muito bem estar ficando atrás de alguns vizinhos, ao menos potencialmente, o que é, no mínimo, alarmante. Realmente, a simples pretensão ou projeto venezuelano de construir a maior máquina militar sul-americana em 2020, apesar de ser, como visto, mero exercício teórico, deveria ser uma preocupação para Brasília.

Preocupação, claro, não do sentido de que a Venezuela queira invadir o Brasil ou, digamos, conquistar Roraima. Isto, como visto, é impensável. Mas e quando e se (e o “se” aqui deve ser destacado) a Venezuela dispor do maior poder militar da América do Sul e Caracas resolver utiliza-lo para acertar as contas com a Guiana ou apoiar a Bolívia frente a problemas com o Brasil? Como poderia Brasília reagir? Correr ao Pentágono em busca de socorro?

Assim, talvez esses boatos de corrida armamentista, apesar de infundados, sejam um bom momento para o Brasil repensar seu modelo de

defesa. Nós temos o maior orçamento militar da América do Sul, mas, como o efetivo também é muito grande, os gastos com pessoal absorvem quase tudo. O Chile, por exemplo, gasta, proporcionalmente, muito mais com treinamento e equipamento moderno, o que explica a maior eficiência relativa das suas forças armadas.

Já que um aumento expressivo do gasto militar é impossível e provavelmente irracional para um país com as carências do Brasil, não seria melhor racionalizar este gasto? Se a idéia é não aceitar a transformação das nossas forças armadas em simples polícias supercrescidas e construir uma força armada mais eficiente e capaz, não seria o caso de diminuir os efetivos e investir mais em tecnologia e treinamento? Talvez valesse a pena também repensar a política de aquisição de armamentos e verificar o que realmente precisamos e não adquirir as “pechinchas” disponíveis no mercado internacional só porque elas são baratas.

Talvez esta seja a saída não para enfrentar uma nova corrida armamentista na América do Sul, que não existe, mas para manter uma força enxuta e eficiente capaz de sustentar a projeção internacional brasileira e sua liderança na América do sul. Afinal, enquanto continuarmos na situação de olharmos com inveja os aviões, os submarinos e os equipamentos não apenas dos norte-americanos e europeus, mas até dos chilenos e venezuelanos, não há como se esperar que nossos militares possam realmente exercer o papel, modesto, que se espera deles neste século XXI.

